



Fiscalização do Ibama foca comercialização de gado de áreas embargadas Divulgação/Ibama

Ibama mira JBS e outros frigoríficos com R\$ 364 mi em multas por carne ilegal

Ação foca gado de área de desmatamento irregular; empresa afirma que compras indicadas pelo órgão são de áreas legais

João Gabriel

BRÁSILIA O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) aplicou R\$ 364,5 milhões em multas a 23 frigoríficos por comercializar carne de gado criado em áreas embargadas por desmatamento ilegal.

Entre os alvos estão filiais no Pará do grupo JBS, que pertence à J&F —dos irmãos Joesley e Wesley Batista. O valor inicial da punição contra a empresa, uma das maiores produtoras de carne bovina do mundo, é de R\$ 615,5 mil, por casos em Tucumã (PA), cidade na região de São Félix do Xingu.

Outras firmas envolvidas na ação são a Frigol (multa de R\$ 1,8 milhão) de Tucumã, a 163 Beef (quase R\$ 1,3 milhão) de Novo Progresso (PA), e a Frizam (R\$ 2,8 milhões) em Boca do Acre (AM).

Em nota, a JBS diz que nenhuma das compras “indicadas pelo

Ibama foi realizada de áreas embargadas”.

“Em resposta ao Ibama na quarta-feira, dia 23, a companhia apresentou as Guias de Trânsito Animal (GTA) relativas às aquisições do fornecedor citado, demonstrando que as propriedades estavam em plena conformidade com a legislação vigente e com a política de compras de matéria-prima da empresa”, diz ainda.

A empresa destaca que tem há 15 anos uma política de compra responsável e um sistema de monitoramento geoespacial que “garante que a companhia não adquira animais de fazendas envolvidas com desmatamento ilegal, invasão de terras indígenas ou áreas de conservação ambiental, que estejam embargadas pelo Ibama, ou ainda que estejam na Lista Suja do Trabalho Escravo”.

A reportagem também procurou Frizam e 163 Beef nesta sexta (25), mas não teve resposta. A Frigol foi contatada neste sábado

(26), e também não respondeu.

No total, segundo o Ibama, foram apreendidas 8.854 cabeças de gado. A operação, batizada de Carne Fria 2, mirou empresas no Amazonas e no Pará e resultou em 154 autos de infração.

A primeira edição da Carne Fria, em 2017, já havia atingido frigoríficos do grupo JBS, também alvo da operação Carne Fraca, no mesmo ano (as duas ações, no entanto, não estão relacionadas).

Os frigoríficos foram autuados por terem comprado gado de propriedades que constam na lista pública de embargos ambientais.

“Quem compra animais oriundos de áreas embargadas contribui para a destruição da floresta amazônica e a continuidade do dano ambiental nas áreas desmatadas ilegalmente”, disse o instituto, em nota.

Segundo investigadores, as operações contra frigoríficos são a segunda fase nas ações de combate aos crimes ambientais, como desmatamento ilegal e invasões de áreas protegidas.

Isso porque, nos últimos anos, as ações focavam sobretudo fazendeiros que criavam gado ilegalmente em terras indígenas ou unidades de conservação.

Agora, dizem sob reserva investigadores, a ideia é atacar a cadeia produtiva, ou seja, aqueles que compram o gado criado ilegalmente por esses fazendeiros.

Nesta operação, o Ibama descobriu 69 propriedades que comercializaram cerca de 18 mil cabeças de gado criadas em 26 mil hectares que tinham sido embargados por desmatamento ilegal.

Essas propriedades também foram autuadas por descumprimento do embargo, por impedirem a regeneração da vegetação nativa e por venderem produtos de origem em área barrada.

Depois de identificar os fazendeiros, os investigadores se debruçaram sobre os frigoríficos que compraram e venderam carnes dessas fazendas.

As informações obtidas na operação, diz o Ibama, serão encaminhadas ao Ministério Público Federal, que pode oferecer denúncia contra as empresas e seus responsáveis.

A operação aconteceu nas cidades de Boca do Acre e Lábrea, no Amazonas, e Novo Progresso, Santarém, Altamira, São Félix do Xingu, Igarapé-Açu, Portel, Anapú, Pacajá, Novo Repartimento, Ipixuna, Tomé-Açu e Bom Jesus do Tocantins, no Pará.

A operação contou com apoio da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional, e também utilizou informações de órgãos estaduais.

Em abril, as ONGs Mighty Earth, voltada a campanhas globais, e AidEnvironment, focada em pesquisas, publicaram um relatório apontando a expansão do desmatamento na cadeia de fornecedores da JBS. À época, a empresa afirmou ter analisado os casos apontados e já ter cortado parte dos locais por descumprimento de algum critério socioambiental.

O documento, produzido com dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), apontava indícios de ilegalidade em alguns casos.

+ Presidente Lula cancela ida à COP29

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cancelou a sua participação na COP29, a conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre mudanças climáticas, em Baku, capital do Azerbaijão, entre 11 e 22 de novembro.

Segundo o Palácio do Planalto, o presidente quer focar nas cúpulas da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e do G20, que também ocorrerão em novembro.

Lula será substituído pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

Nessa semana, Lula cancelou a participação na conferência das Nações Unidas sobre biodiversidade —a COP16, na Colômbia, que teve início na segunda (21) e segue até 1º de novembro.

A desistência ocorreu seis dias depois de um acidente doméstico, no qual Lula caiu e bateu a cabeça. Por isso precisou passar por exames ao longo da semana.

O cancelamento da ida ao Azerbaijão não tem a ver com o acidente, de acordo com o Planalto.

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Um incêndio na sede da empresa JBS em Passo Fundo mobilizou o Corpo de Bombeiros na tarde deste domingo (27). Informações preliminares são de que as chamas teriam iniciado na fiação próxima ao teto do último pavilhão.

Equipes do Corpo de Bombeiros estão no local, com o apoio de brigadistas da empresa. Até o momento, não há informações sobre feridos, mas algumas pessoas estão sendo atendidas pelo SAMU devido à inalação de fumaça, sem gravidade.

Ver essa foto no Instagram

Uma publicação compartilhada por Porto Alegre 24 Horas (@portoalegre24horas)

VPJ investe em genética bovina e exportação para crescer em 2025

O Grupo VPJ, de pecuária de corte, projeta voltar a crescer em 2025, após um 2024 “difícil”, diz Valdomiro Poliselli Junior, CEO. Segundo ele, a empresa sofreu com os preços baixos da arroba do boi gordo no 1.º semestre, o que deve resultar em faturamento de R\$ 450 milhões, semelhante ao de 2023. A expansão no próximo ano virá pelo programa de investimentos em genética da raça aberdeen angus, com a projeção de produzir 300 touros por ano – hoje são 120. Com fazenda no Texas, EUA, o VPJ utiliza touros de elite e mantém um banco de embriões. Até 2027, o objetivo é que 100% do rebanho aberdeen angus esteja registrado nos EUA, o que garantirá comprovação genética de qualidade internacional, que valoriza a carne para exportação, com o primeiro embarque previsto para 2025.

Empresa mais perto do consumidor

O grupo opera hoje quatro steakhouses no interior de São Paulo e em Mato Grosso do Sul, e deve chegar a Brasília e Rio de Janeiro em 2025, se aproximando do consumidor. Nessa estratégia, lançou este ano 14 cortes especiais de 300 gramas para churrasco, focados no varejo.

Recompensa por uso da genética

A companhia criou um programa de bonificação para pecuaristas, no qual oferece 1% do valor do animal abatido (cerca de R\$ 60), desde que comprovada a origem dos bovinos em touros VPJ. A iniciativa visa incentivar o uso da genética da empresa. Hoje, cerca de 12% dos 40 mil abates anuais do grupo são de animais com sua genética.

REFORÇO. A BRF já prepara a operação logística para atender à demanda por perus e aves nas festas de fim de ano. Entre 15 de novembro e 25 de dezembro, vai aumentar em 50% a frota de caminhões, a fim de transportar mais de 48 mil toneladas de produtos a partir de 19 centros de distribuição. A expectativa é alcançar mais de 4,5 mil municípios.

ROBUSTEZ. Com 54% de participação de mercado em aves especiais e 70% em perus, segundo dados da Nielsen, a BRF considera as festividades de fim de ano uma das principais fontes de faturamento. No ano passado, a companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 7,39 bilhões no Brasil, entre outubro e dezembro, o que representou

RAÇA VALORIZADA



Genética do gado da raça aberdeen angus do Grupo VPJ deve se espalhar no País a partir da estratégia da empresa para 2025

27,5% dos ganhos da operação no País em 2023. E as expectativas são altas para 2024. “Nosso objetivo neste ano é fazer o melhor Natal da história da BRF”, diz Manoel Martins, vice-presidente comercial Brasil.

CRÉDITO VERDE. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiará R\$ 37,6 milhões em um projeto de biometano e biogás da Geo bio gás&carbon. A empresa de biogás e carbono renovável para hidrocarbonetos verdes ampliará a produção em Tamboara (PR). Do aporte, R\$ 33,6 milhões são recursos do Fundo Clima. Ao todo, a Geo vai investir R\$ 41 milhões na fábrica que produz biogás a partir de resíduos de açúcar e etanol de cana.

BIOENERGIA. Com o investimento, a capacidade de produção de biometano da Geo bio gás&carbon passará de 70 Nm³/h para até 1.500 Nm³/h. O potencial de produção de biogás vai dobrar para até 3.500 Nm³/h. “O incenti-

vo à produção de biometano é uma diretriz importante do governo porque tem grande impacto ambiental”, diz Aloizio Mercadante, presidente do BNDES. Para ele, após concluído, o projeto deverá resultar na produção de até 9,4 milhões de Nm³ de biometano por ano, combustível renovável, que pode substituir cerca de 8,5 milhões de litros de diesel ou aproximadamente 7,4 milhões de quilos de gás natural.

CONECTADOS. A TIM quer fechar o ano com 20 milhões de hectares de área atendida com seu 4G TIM no Campo, de conectividade na área rural. Alexandre Dal Forno, diretor da TIM Brasil em IoT e 5G, diz que a cobertura avançou este ano. Parceria da TIM com grandes produtores saiu de 16 milhões de hectares em 2023 para 17,5 milhões de hectares em outubro, em áreas de grãos, algodão e cana. “Estamos caminhando bem para fechar a meta de 2024.” Em 2025, a TIM pretende atuar nas três frentes, sobretudo no Matopiba.

GIRO

Mato Grosso sanciona lei contra moratória da soja

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-13/10/2015



Mato Grosso sancionou a lei que proíbe a concessão de incentivos fiscais públicos para empresas signatárias da moratória da soja – pacto que veda a compra de soja de áreas desmatadas a partir de 2008. A nova lei entra em vigor em 1.º de janeiro. O impacto estimado é de R\$ 2,9 bilhões, considerando a renúncia fiscal feita pelo Executivo a essas companhias em 2023.

VEM AÍ

Indústria espera fim de embargos ao frango do País

ALEXANDRE YISAYA/SU/ESTADÃO-24/3/2017



Após a Organização Mundial de Saúde Animal reconhecer o fim da doença de Newcastle no Brasil, a indústria espera a retomada das exportações de produtos avícolas. Hoje, há restrições ao frango nacional, em diferentes níveis, para 43 países. As principais concentram-se no Rio Grande do Sul, onde houve o foco da doença.

Marketing Público com mais de 60 anos não se vê nas campanhas publicitárias

Marketing Público com mais de 60 anos não se vê nas campanhas publicitárias

B8 'Geração prateada' produz PIB de R\$ 1,8 tri e quer mais atenção

Marketing

Estudo rev

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Agronegócio Setor de carne bovina prepara projeto para atender União Européia

Agronegócio Setor de carne bovina prepara projeto para atender União Européia

B10 Indústria prepara projeto para atender lei antidesmate da UE

Carne Pela proposta,

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

China vai exigir rastreio total da cadeia do boi

lidade de ponta a ponta da cadeia, isto é, desde o nascimento do animal, nos próximos anos.

A exigência já está presente nos protocolos comerciais assinado entre os dois países, mas nunca foi efeti

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

VPJ investe em genética bovina e exportação para crescer em 2025

O Grupo VPJ, de pecuária de corte, projeta voltar a crescer em 2025, após um 2024 “difícil”, diz Valdomiro Poliselli Junior, CEO. Segundo ele, a empresa sofreu com os preços baixos da arroba do boi gordo no 1.º semestre, o que deve resultar em faturamento de R\$ 450 milhões, semelhante ao de 2023. A expansão no próximo ano virá pelo programa de investimentos em genética da raça aberdeen angus, com a projeção de produzir 300 touros por ano – hoje são 120. Com fazenda no Texas, EUA, o VPJ utiliza touros de elite e mantém um banco de embriões. Até 2027, o objetivo é que 100% do rebanho aberdeen angus esteja registrado nos EUA, o que garantirá comprovação genética de qualidade internacional, que valoriza a carne para exportação, com o primeiro embarque previsto para 2025.

No País, PSD elege mais; MDB governará maior população

— Especialista vê vitória do modo tradicional de fazer política, com base na ‘entrega da máquina pública’

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

O Partido Social Democrático (PSD) é o grande vencedor das eleições municipais de 2024, considerando o número de prefeitos eleitos. Criado pelo ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, em 2011, o partido destronou pela primeira vez o MDB como a legenda com mais prefeitos no País, ao conquistar o comando de 887 municípios.

O MDB ficou em segundo lugar em número de prefeituras, com 854, mas será a legenda que governará mais brasileiros após ganhar a Prefeitura de São Paulo ontem, com Ricardo Nunes. Em termos de vereadores eleitos, o MDB também lidera, com 8.113. Os municípios governados pelo PSD somam 35,1 milhões de habitantes, enquanto o MDB governará 35,3 milhões de pessoas – os dois partidos governarão o maior número de brasileiros.

O Progressistas (PP), comandado pelo senador Ciro Nogueira (PI), ficou em terceiro, com 747 prefeituras; e o União Brasil terminou em quarto, com 583. Já o Partido Liberal (PL), que tem como presidente de honra o ex-presidente Jair Bolsonaro, terminou com 516 – um aumento significativo em relação aos 344 eleitos em 2020, mas bem abaixo do objetivo do presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, de fazer mil prefeitos usando o ex-presidente como cabo eleitoral.

O partido de esquerda mais bem-sucedido foi o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que fez 308 prefeituras, incluindo Recife, com a reeleição de João Campos. Já o PT, partido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, governará 252 prefeituras. Será apenas o nono partido com mais governos municipais. E só terá sob seu comando uma capital: Fortaleza (CE). Além de terem feito o maior número de prefeituras em geral, MDB e PSD também comandarão o maior número de capitais de Estados. Os dois partidos terão cinco capitais cada um. O PSD terá sob seu comando Rio de Janeiro

Bolsonaro só consegue eleger 7 de seus 25 apadrinhados

Entre os 25 candidatos apadrinhados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no segundo turno, 7 (28%) derrotaram os adversários. Os vitórios mais identificadas com Bolsonaro estão em Cuiabá e Aracaju.

Entre as 18 derrotas, três são consideradas particularmente indigestas para o ex-presidente, por terem ocorrido contra adversários de esquerda. Em Fortaleza, a derrota de André Fernandes foi por 50,38% a 49,62% para o petista Evandro Leitão. Em Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul, Marciano Perondi (PL) perdeu para o petista Marroni por 50,36% a 49,64%.

Em Niterói, por sua vez, o deputado federal Carlos Jordy (PL), membro da tropa de choque de apoio a Bolsonaro no Congresso, perdeu para Rodrigo Neves (PDT) por 57,20% a 42,80%.

● GUILHERME CAETANO

ro (RJ), Florianópolis (SC), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR). Já o MDB comandará, além de São Paulo, Porto Alegre (RS), Belém (PA), Macapá (AP) e Boa Vista (RR).

Ao **Estadão**, Kassab atribuiu o bom resultado do PSD ao “extraordinário trabalho” dos candidatos e líderes do partido em Pernambuco, Para-

“Dos 24 prefeitos que disputaram o segundo turno no País, 20 foram reeleitos. Esse modo de fazer política foi também turbinado pelas emendas parlamentares”

Gabriel Guimarães
Cientista político

ná, São Paulo, Ceará, Minas e Rio Grande do Sul. “Foram campanhas propositivas, que discutiram o futuro das cidades e dialogaram com os eleitores. É como gostamos de fazer no PSD”, disse.

Para o presidente do MDB, o deputado federal Baleia Rossi (SP), o resultado do partido este ano foi uma vitória da “moderação” e do “equilíbrio”. “Não tem ideologia que funcione sem entregas para a população. Também não adianta fazer aliança se não tiver um projeto claro. Vamos governar o maior número de pessoas e conquistamos o maior número de mandatos, entre prefeitos, vices e vereadores. É um orgulho também ter eleito o maior número de mulheres.”

EMENDAS. De acordo com o cientista político Gabriel Guimarães, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio (Iesp-Uerj), o resultado deste ano mostra a prevalência do modo tradicional de fazer política local no Brasil, em detrimento da política ideológica e baseada em redes sociais.

“O resultado é a consumação da forma de fazer política baseada em entregas da máquina pública e em contato direto com a população”, disse. “Dos 24 prefeitos que disputaram o segundo turno no País, 20 foram reeleitos. Isso é um dado que corrobora essa percepção. Esse modo de fazer política foi também turbinado pelas emendas parlamentares, nos últimos anos.”

Como mostrou o **Estadão**, após o primeiro turno da disputa deste ano, o uso das emendas parlamentares teve um peso determinante para o bom resultado de partidos do Centrão nas eleições. No grupo das 50 cidades mais beneficiadas por emendas nos últimos quatro anos, prevaleceu a indicação do congressista que mais enviou dinheiro para aquele local.

Dessas 50 cidades, em 28 foi possível identificar quem era o candidato apoiado pelo congressista que mais mandou emendas. Em 25 dessas 28, o “apadrinhado” do congressista foi o vitorioso. ●

PREFEITOS ELEITOS

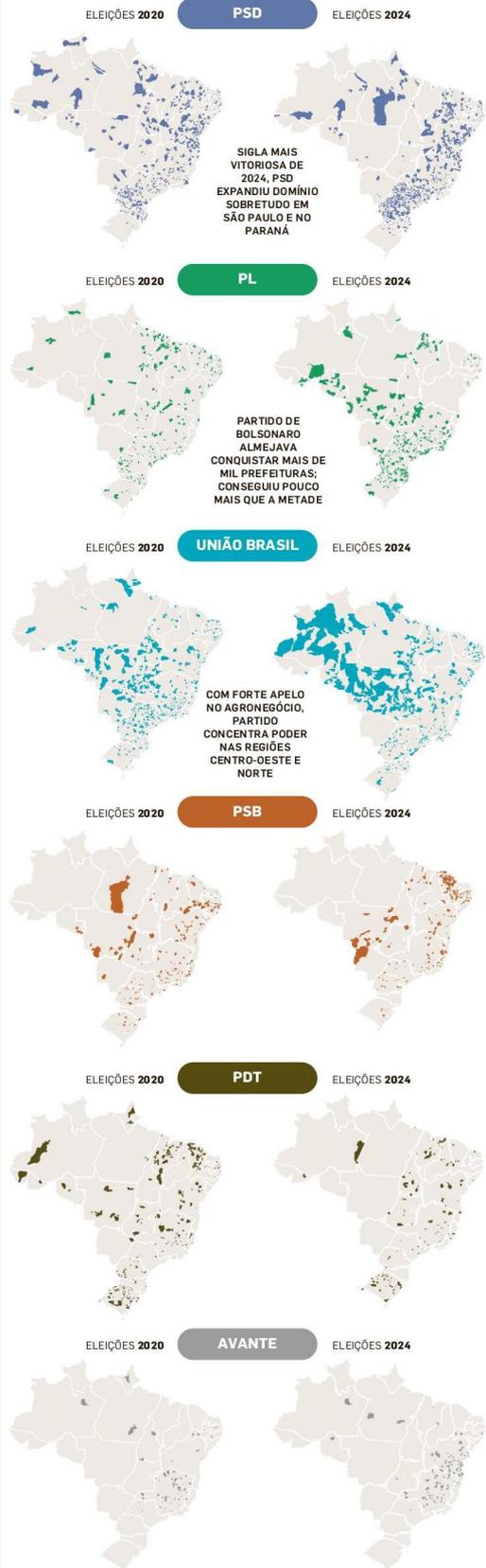
A força dos partidos no Brasil

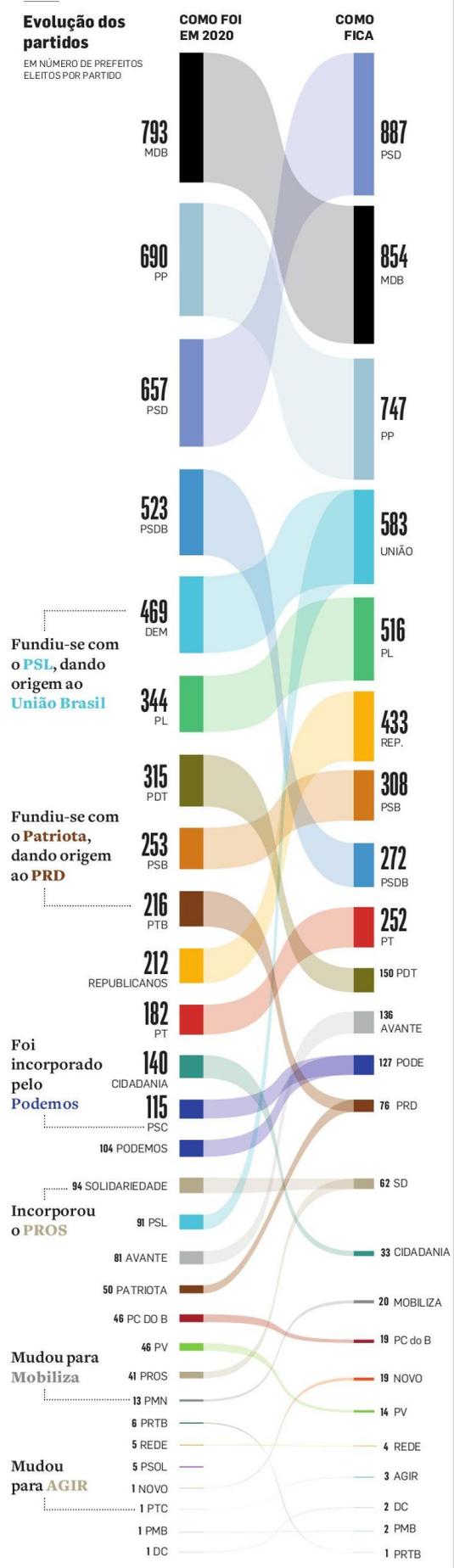
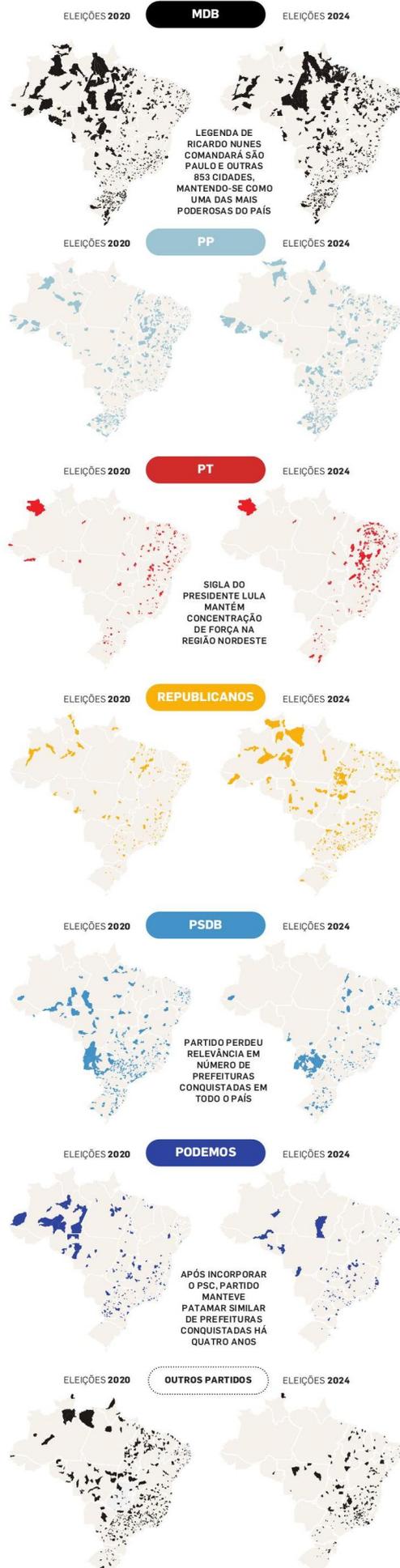
RESULTADO CONSOLIDADO, POR PARTIDO

Total de partidos

EM NÚMERO

29 24
2020 2024





Eleição consolida hegemonia de PSD e MDB nas capitais

PSD e MDB conquistaram mais capitais, cinco cada um, e são os partidos que mais elegeram prefeitos no país. PL e União Brasil venceram em quatro capitais, e o PT, em uma. **A10**



O presidente do PSD, Gilberto Kassab, na festa de Ricardo Nunes, em São Paulo Leco Viana/Thernews2/Agência O Globo

PSD e MDB elegem 10 dos 26 prefeitos de capitais e consolidam sua hegemonia

Cada um levou cinco prefeituras; PL e União Brasil conquistam quatro cada um; PT vence em Fortaleza e volta a comandar uma capital

João Pedro Pitombo
e Fernanda Brigatti

SALVADOR E SÃO PAULO PSD e MDB saíram das urnas neste domingo (27) com o controle de 10 das 26 prefeituras de capitais brasileiras, cinco para cada um deles. O resultado consolida a hegemonia dos dois partidos, os que mais elegeram prefeitos dentre as 5.569 cidades do país.

As duas legendas integram a base aliada do governo Lula mas adotam uma posição ambígua em relação ao cenário nacional, com prefeitos próximos ao petista e outros aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O PL atingiu uma marca inédita em sua trajetória ao conquistar quatro prefeituras. Mas teve um desempenho aquém do esperado pela cúpula do partido — das nove capitais em que disputou o segundo turno neste ano, venceu em apenas em duas.

Partido de centro-direita que também faz parte da base de Lula, o União Brasil teve desempenho similar e saiu da eleição com quatro prefeituras nas capitais.

O PT, que não conquistara nenhuma capital em 2020, agora venceu em Fortaleza. Também elegeram prefeitos de capitais Podemos, PP, Republicanos e PSB.

Liderado por Gilberto Kassab, o PSD lançou oito candidatos a prefeito de capitais e conseguiu manter as cinco já comandadas pela sigla. No primeiro turno, reelegeu os prefeitos do Rio de Janeiro, São Luís e Florianópolis.

Neste domingo, confirmou nas urnas a reeleição de Fuad Norman em Belo Horizonte, em disputa acirrada após um primeiro turno pulverizado. E elegeu em Curitiba o hoje vice-prefeito Eduardo Pimentel, vitória que

dá musculatura ao governador Ratinho Júnior (PSD), potencial candidato à Presidência em 2026.

Mesmo sendo base do governo Lula, o PSD enfrenta divisões internas em relação ao cenário nacional. Os prefeitos reeleitos Paes (RJ) e Fuad (MG) são mais próximos do petista, enquanto Topazio Neto (SC) e Eduardo Pimentel (PR) são apoiadores de Bolsonaro — terão, inclusive, vices do PL.

O MDB também manteve o espaço obtido em 2020, com cinco prefeituras, mas ganhou musculatura ao conquistar cidades mais populosas. No primeiro turno, a legenda venceu em Boa Vista e Macapá. Neste segundo, em São Paulo, Porto Alegre e Belém.

Os reeleitos em São Paulo, Ricardo Nunes, e Porto Alegre, Sebastião Melo, terão vices do PL e gestões próximas a Bolsonaro.

Em Belém, entretanto, o prefeito reeleito Igor Normando (MDB) é aliado de Lula e teve apoio da esquerda no segundo turno contra o bolsonarista Eder Mauro (PL).

O PL de Bolsonaro já tinha emplacado os prefeitos de Maceió e Rio Branco no primeiro turno, e agora venceu em Cuiabá e Aracaju. Dentre eles, apenas Abílio Brunini, de Cuiabá, é considerado quadro do bolsonarismo raiz. O partido também mostrou força ao compor alianças e terá os vice-prefeitos de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis.

O resultado fortalece a legenda no xadrez das forças políticas nas grandes cidades, onde as urnas sedimentaram um predomínio de siglas de centro e de direita. Antes da filiação de Bolsonaro, em 2021, a última vez que o PL tinha vencido nas urnas em uma capital nas urnas havia sido em 2000, quando Alfredo Nascimento venceu em Manaus.

Na eleição municipal de 2020, Bolsonaro tinha rompido com o PSL e estava sem partido. Seus aliados se pulverizaram entre diversas legendas de direita.

O União Brasil, que venceu em Salvador e Teresina no primeiro turno, também conquistou Goiânia, Natal e Campo Grande.

Na capital de Goiás, a vitória do empresário e ex-deputado federal Sandro Mabel contra o candidato bolsonarista Fred Rodrigues (PL) fortaleceu o governador Ronaldo Caiado (União Brasil), principal fiador da sua candidatura.

Os partidos de esquerda, que venceram apenas com João Campos (PSB) no Recife na primeira rodada de votação, disputaram seis capitais neste segundo turno e levaram apenas Fortaleza.

Uma das principais apostas era o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), derrotado em São Paulo por Nunes.

O PT foi vitorioso em Fortaleza com Evandro Leitão, deputado estadual que trocou o PDT pelo partido de Lula em dezembro e recebeu apoio do ministro da Educação, Camilo Santana (PT), fortalecido pelo resultado. Ele superou o deputado federal bolsonarista André Fernandes (PL).

Por outro lado, os petistas perderam em Natal, Cuiabá e Porto Alegre neste segundo turno.

O PDT de Ciro Gomes perdeu a Prefeitura de Aracaju neste segundo turno, após perder a de Fortaleza já no primeiro.

O PP manteve João Pessoa (PB) e Campo Grande (MS), e o Podemos triunfou em Palmas (TO) e Porto Velho (RO). O Republicanos conquistou Vitória (ES).

O PSDB, que em 2016 foi a legenda com mais capitais, sete, teve o pior resultado de sua história e saiu das urnas sem nenhuma.

Com acusação sem provas, Tarcísio macula imagem de moderado

Maria C. Fernandes A22 Resultado nacional ofusca polarização e o de São Paulo, a moderação de Tarcísio

Análise

Eleições Ao divulgar suposta orientação de voto do PCC, governador se de

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>



Ricardo Nunes (MDB) comemora com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a quem chamou de 'líder maior': 'O equilíbrio venceu todos os extremismos', disse

Nunes é reeleito; 2º turno mostra força do centro e dos prefeitos

— Prefeito obteve 59,35% dos votos e Boulos, 40,65%; polarização não prevaleceu

Com 59,35% dos votos, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) foi reeleito para mais quatro anos à frente da maior metrópole da América Latina. Nunes venceu Guilherme Boulos (PSOL) em 54 das 57 zonas eleitorais, entre elas as 20 em que Pablo Marçal (PRTB) liderou no 1.º turno. O grande cabo eleitoral do prefeito, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), agitou o dia ao afirmar, no início da tarde, que o serviço de inteligência havia interceptado supostas mensagens do PCC recomendando votos em Boulos. O candidato do PSOL chamou a fala de “absurda” e entrou com ação contra o governador na Justiça Eleitoral. A abstenção de 31,54% (quase 3 milhões de eleitores) foi a maior em 40 anos na cidade. Assim como no 1.º turno, os temas locais prevaleceram, e não a polarização política. Os atuais prefeitos se reelegeram na maioria das capitais. **CADERNO ESPECIAL** — D1 a D16

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

ESTADO DE S. PAULO SEGUNDA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2024



DESTAQUE O
CADERNO ELEIÇÕES
MUNICIPAIS 2024
(D1 A D16)

D1

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



O prefeito reeleito Ricardo Nunes (ao centro) comemora o resultado, ao lado do vice em sua chapa, Mello Araújo (à esquerda), e do governador Tarcísio de Freitas (à direita)

Nunes é reeleito em SP; vitória simboliza força do centro político e dos prefeitos

— Apoiado por uma ampla coligação partidária – um total de 11 legendas –, emedebista confirmou no 2.º turno o favoritismo e derrotou o candidato do PSOL, Guilherme Boulos

O prefeito Ricardo Nunes, do MDB, foi reeleito ontem para mais um mandato de quatro anos à frente da Prefeitura de São Paulo. Apoiado por uma ampla coligação partidária, que reuniu um total de 11 legendas, Nunes confirmou nas urnas do segundo turno o favoritismo apontado pelas pesquisas de intenção de voto e derrotou o candidato do PSOL, Guilherme Boulos.

O emedebista obteve 59,35% dos votos válidos (3.393.110 votos), ante 40,65% de Boulos (2.323.901 votos). Foi uma diferença – pouco mais de um mi-

lhão de votos – maior do que a prevista antes da votação. O prefeito, por exemplo, triunfou nas 20 zonas eleitorais em que Pablo Marçal (PRTB) liderou no primeiro turno – a maior diferença foi na Mooca e no Tatuapé, onde alcançou mais de 68% dos votos.

Aos 56 anos, Nunes comanda o Executivo municipal da maior cidade da América Latina desde maio de 2021 – ele assumiu a cadeira de prefeito após a morte de Bruno Covas (PSDB), de quem era vice.

Embora contasse com o apoio do PL de Jair Bolsonaro, Nunes evitou na maior parte

“A democracia deixou uma grande lição para nós, para a cidade de São Paulo e deixou uma lição para o Brasil. O equilíbrio venceu todos e todos os extremismos”

“Agradeço ao líder maior (Tarcísio de Freitas), sem o qual esta vitória não seria possível”

Ricardo Nunes (MDB)
Prefeito reeleito de São Paulo

da campanha a associação com o ex-presidente, desviando da polarização nacional. A estratégia garantiu a ele índices mais baixos de rejeição na comparação com o adversário do segundo turno.

Se evitou a “bolsonarização” de sua campanha, o prefeito se vinculou ao governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a quem, no discurso da vitória, chamou de “líder maior que me deu amão na hora mais difícil”.

O triunfo do emedebista também constitui uma conquista ampliada, nestas eleições municipais, dos partidos

que representam a centro-direita no Brasil. Com Nunes, o MDB chegou pela primeira vez ao comando da Prefeitura paulista por meio do voto popular. Além disso, sua vitória consolida um cenário em que os prefeitos predominaram nas tentativas de reeleição: somentes nas capitais, os atuais mandatários conquistaram novos mandatos em 16 das 20 cidades onde disputaram.

“O equilíbrio venceu todos e todos os extremismos”, afirmou Nunes, que prometeu “governar para todos”. “Porque todos merecem igual respeito por parte de quem governa.” ●

Sandro Mabel é eleito prefeito de Goiânia em vitória de Caiado contra Bolsonaro

Candidato do União Brasil apoiado pelo governador bate Fred Rodrigues (PL), nome do ex-presidente, que acompanhou o 2º turno na cidade

Ranier Bragon

GOIÂNIA O ex-deputado federal e empresário Sandro Mabel (União Brasil) foi eleito neste domingo (27) prefeito de Goiânia (GO), derrotando o ex-deputado estadual Fred Rodrigues (PL). Com 100% das urnas apuradas, Mabel obteve 55,53% dos votos válidos (353.518 no total) ante 44,43% de Fred (283.054 no total).

O resultado representa vitória do governador Ronaldo Caiado (União Brasil), que apoiou Mabel, e derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que se empenhou na campanha do candidato do PL, chegando a ir à capital de Goiás neste domingo.

Após a vitória, Mabel fez deferência a Caiado nas redes sociais. "Agradeço ao governador", escreveu ele, "que depositou em mim sua confiança para gerir essa cidade, e que estará comigo na missão de transformar Goiânia, assim como ele transformou Goiás".

O prefeito eleito afirmou que vai transformar a cidade. "O sonho de transformar Goiânia e a fé em Deus foram os combustíveis que me moveram nesses 210 dias de pré-campanha e campanha. Hoje comemoramos a vitória, e reforçamos nosso compromisso com cada cidadão, de trabalhar ainda mais para fazer Goiânia a melhor capital do Brasil."

Sandro Mabel tem 65 anos e é da família que fundou a fábrica de biscoitos Mabel, vendida à PepsiCo em 2011 e, em 2022, revendida à Camil. Ele foi deputado federal por quatro mandatos, de 1995 a 2015, e foi assessor especial da Presidência no governo de Michel Temer (2016-2018). Com bens declarados de R\$ 313 milhões, foi o mais rico dos candidatos nas 103 maio-



Sandro Mabel (União Brasil) comemora com Ronaldo Caiado (à esq.) após vencer disputa pela Prefeitura de Goiânia @sandromabeloficial no Instagram

res cidades do país (mais de 200 mil eleitores). Na Câmara, teve o nome citado nos escândalos do mensalão e da Lava Jato, mas nada foi provado contra ele.

Na campanha, a Justiça concedeu duas liminares à chapa rival indicando entender que houve uso da máquina pública estadual para beneficiar o agora prefeito eleito. Em uma, a juíza Maria Umbelina Zorzetti escreveu que governador e Mabel usaram a máquina pública para comprar votos por meio de cestas básicas. As ações terão seus méritos julgados.

Mabel foi a aposta de Caiado para a Prefeitura de Goiânia após pesquisas internas indicarem que a cidade demandava um gestor. A cidade sofre com problemas na saúde, na coleta de lixo, iluminação e limpeza das ruas.

Caiado disse neste domingo que sua forma de fazer política venceu a de Bolsonaro, cujas atitudes ele classificou como desrespeitosas. "Eu faço política aglutinando as forças, é trazendo condições para que o projeto vá adiante. Sou o único governador que ganhei a eleição no 1º turno. Ganhei a eleição do prefeito da capital e de toda a região metropolitana. Isso mostra que quem acertou na maneira de fazer política fui eu."

Bolsonaro acompanhou a apuração em Goiânia, na casa do senador Wilder Moraes (PL), mas após a derrota de Fred, retornou a Brasília sem dar entrevistas. Aliados disseram que ele falaria após o resultado na sede do PL.

Goiânia abrigou disputa nacional da direita que opôs Bolsonaro e Caiado de olho em 2026.

CUIABÁ

Abilio Brunini (PL) derrota rival petista e afirma que venceu o 'eu' de 2020

CUIABÁ O deputado federal bolsonarista Abilio Brunini (PL) venceu o 2º turno neste domingo (27) e será o novo prefeito de Cuiabá. Com 100% das urnas apuradas, o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) obteve 53,80% dos votos válidos (ou 171.324 votos), contra 46,20% do deputado estadual Lúdio Cabral (PT), apoiado por empresários do agronegócio, que conseguiu 147.127 votos.

No 2º turno, Abilio, 40, recebeu o apoio do atual governador de MT, Mauro Mendes (União), e da maioria dos vereadores eleitos e deputados estaduais. Ele explorou a imagem de Bolsonaro e de Michelle Bolsonaro, ambos do PL.

Após o resultado, Abilio declarou que a sua vitória é a prova que ele melhorou como pessoa em relação a 2020, quando perdeu a eleição na capital. “Eu venci eu mesmo. Eu venci o ‘eu’ de 2020 e mostrei que podia ser uma pessoa que todo pode confiar e que posso superar as dificuldades.”

Ele disse que ligou para Bolsonaro para celebrar a vitória.

Emocionado, Abilio disse que na hora do resultado estava com a esposa e os filhos. “Eu vou sair daqui, agradecer a Deus e depois vou reunir a minha da equipe e todo mundo que nos ajudou pra planejar o que que a gente vai fazer”, completou. **Pablo Rodrigo**

Belo Horizonte tem reviravolta e Fuad Noman segue na Prefeitura

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), foi reeleito ontem ao obter 53,73% dos votos, contra 46,27% do deputado estadual Bruno Engler (PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bols

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Em Fortaleza, Evandro Leitão, do PT, supera bolsonarista por pouco

O deputado estadual Evandro Leitão (PT) venceu, em Fortaleza, uma das disputas mais acirradas das eleições municipais de 2024, com uma vantagem de menos de 11 mil votos contra André

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Apoiado por Ratinho Junior, Pimentel vence em Curitiba

Eleições Candidato do PSD derrota Cristina Graeml (PMB) e reforça nome do governador do Paraná à disputa presidencial em 2026

O candidato Eduardo Pimentel (PSD) venceu a corrida pela Prefeitura

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>



O presidente Lula ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), em reunião no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 17.set.24/Folhapress

Governo busca acerto com Congresso para cargos em agências regulatórias

Lula deve se reunir nos próximos dias com Rodrigo Pacheco e Davi Alcolumbre para tratar das indicações que vão preencher 18 vagas já abertas ou que ficarão livres

Mateus Vargas e Renato Machado

Lula terá 18 indicações às agências até fevereiro

- Anvisa: 3 cargos, sendo uma indicação a presidente
- ANM: 3 vagas
- ANTT: 2 vagas, uma para diretor-presidente
- ANP: 2 vagas, uma para o comando
- ANA: 2 vagas
- ANS: 1 vaga, para diretor-presidente
- Antaq: 1 vaga, para diretor-presidente
- Aneel: 1 vaga
- Ancine: 1 vaga
- Anatel: 1 vaga
- Anac: 1 vaga

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca acertos com o Congresso Nacional para definir os nomes que vão preencher 18 vagas em agências reguladoras que estão abertas ou ficarão livres até fevereiro, mês das eleições aos comandos da Câmara e do Senado.

O debate sobre os cargos ocorre no momento em que o governo faz críticas públicas à atuação das agências e avalia formas de aumentar o controle sobre os órgãos de regulação, o que tem sido visto como tentativa de intervenção do Executivo.

Lula e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), devem discutir as indicações nos próximos dias com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o favorito para a sucessão para o comando da Casa.

O Senado costuma ter forte influência na indicação de diretores das agências. Isso porque os candidatos são sabatinados em comissões temáticas da Casa, depois aprovados ou não no plenário.

Nos bastidores, aponta-se que Alcolumbre gostaria que o Senado detivesse o controle de 50% das indicações para as agências regulatórias. Na prática, significa que ele próprio teria grande influência.

Durante a gestão passada, Jair

Bolsonaro (PL) abriu a possibilidade para que senadores atuassem em indicações, sobretudo nas agências regulatórias das áreas de infraestrutura.

O presidente do Senado no início daquele governo era justamente Alcolumbre, que agora vem travando uma batalha com o governo Lula, que busca retomar o controle sobre as indicações. O senador pelo Amapá sempre negou que mantivesse acordo com Bolsonaro pela metade das indicações e que queira manter o patamar no governo Lula.

Dos 18 cargos, cinco são para os comandos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Um dos alvos prioritários do governo é a vaga já aberta de diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem criticado o órgão regulador por causa dos repetidos episódios de falta de luz em São Paulo.

Silveira já enviou para o Palácio do Planalto a indicação do quinto membro da Aneel. Segundo interlocutores no governo, ele defende para o cargo o nome do seu secretário nacional de Energia Elétrica, Gentil Nogueira de Sá. O nome, no entanto, teria desa-

gradado a Alcolumbre e ao senador Marcos Rogério (PL-RO), que participou das articulações para a agência no governo Bolsonaro. Os dois costumavam ser aliados de Silveira, quando o mineiro tinha mandato no Senado.

Em outra disputa com a Casa, o governo Lula bateu o martelo na indicação do secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia), Pietro Mendes, para comandar a ANP, como a Folha revelou.

A indicação do nome é vista como um sinal da força de Alexandre Silveira dentro do governo, mas mais uma vez entra em confronto com os antigos aliados no Senado.

Há uma segunda vaga na disputa, mas nesse caso integrantes do governo afirmam que há consenso para abraçar a indicação do senador Otto Alencar (PSD-BA), o procurador da AGU (Advocacia-Geral da União), Arthur Watt Neto.

A Anvisa e a ANM (Agência Nacional de Mineração) são as agências em que o governo terá mais indicações até fevereiro. Cada uma terá três vagas abertas.

Lula externou descontentamento com as agências durante reunião de articulação política neste mês. O presidente tem argumentado que as agências estão aparelhadas por bolsonaristas ou muito influenciadas por empresários do setor.

O chefe do Executivo determinou que fosse estudada uma re-

visão da Lei Geral das Agências, coordenada pela AGU. Uma das ideias é elaborar proposta sobre uma avaliação de desempenho que poderia, no limite, gerar a demissão dos dirigentes.

O movimento é avaliado com preocupação pelos atuais dirigentes dos órgãos de regulação e visto como uma forma de pressão. Ainda há a interpretação nas agências de que dificilmente as sugestões seriam aprovadas pelo Congresso.

O governo também avalia a proposta de criação de um órgão supervisor que pudesse avaliar o desempenho dos diretores. A ideia da gestão petista não envolveria encurtar os mandatos, que hoje são de cinco anos.

Os cargos em agências são cobçados pelo Congresso e entram nas negociações do governo para ampliar o apoio na Câmara e no Senado.

Alcolumbre tem defendido que os nomes sejam apresentados já com apoio prévio do Legislativo. A ideia do senador é manter a influência sobre as escolhas.

É comum que o Planalto, sob diferentes governos, alinhe os nomes antes da indicação formal, justamente para evitar que um candidato sofra resistência no Congresso e demore a ser aprovado.

As vagas geram interesse de parlamentares pelo impacto da atuação das agências em praticamente todos os setores econômicos.

A ANTT, por exemplo, que terá duas vagas abertas em fevereiro, enfrenta durante o governo Lula o desafio de renegociar contratos de concessão de rodovias federais, que não trouxeram as melhorias previstas para os usuários.

Já a ANS é alvo constante de reclamações de consumidores e pressão de empresas por regular preços de planos de saúde. A agência terá novo presidente a partir de dezembro. Um dos nomes especulados ao cargo é Wadih Damous (PT), atual secretário nacional do consumidor no Ministério da Justiça.

Outro órgão que terá novo chefe, a Anvisa tem sido alvo de críticas do governo. Em agosto, o presidente Lula disse que a agência se tornaria mais rápida na liberação de medicamentos "quando algum companheiro da Anvisa" percebesse que um parente morreu pela falta de remédio que já poderia ter sido aprovado.

A declaração foi criticada pelo presidente da Casa, Antonio Barra Torres, e por servidores do órgão.

Integrantes da equipe da ministra Nísia Trindade (Saúde) defendem, nos debates no Planalto, indicar Leandro Safatle para o comando da agência, atual secretário adjunto no Ministério da Saúde.

No meio das discussões sobre novos diretores, as agências regulatórias ainda têm apresentado uma reclamação praticamente comum ao governo do presidente Lula: falta de servidores e cortes de orçamento. A Anvisa, por exemplo, estimava no começo do ano que 600 dos cerca de 1.600 servidores tinham direito à aposentadoria.

Economistas ainda veem risco de estouro da meta de inflação apesar de alívio na conta de luz

Parte dos analistas projeta IPCA acima do teto de 4,5% em 2024, mesmo com redução na bandeira tarifária

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Uma combinação de fatores mantém aceso o risco de estouro na meta de inflação neste ano.

O aumento de preços de produtos como as carnes, a pressão do dólar e uma eventual volta de uma bandeira tarifária mais alta na conta de energia podem fazer com que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) feche o ano acima do teto de 4,5%, afirmam economistas.

Isso apesar do alívio do anúncio, feito pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) na sexta-feira (25), de que a bandeira para novembro será a amarela, após dois meses no nível vermelho, o mais crítico.

Com isso, a cobrança extra cai dos R\$ 7,877 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos para R\$ 1,885. “Está difícil fechar o ano dentro da meta”, afirma o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, que



Trabalhador do setor elétrico em Itumbiara, Goiás

espera IPCA de 4,7% no acumulado de 2024.

O centro da meta é de 3%, e a tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Vale diz que o preço das carnes é uma das ameaças à inflação na reta final de 2024, pois o produto passou a subir após período de trégua no Brasil. Isso, segun-

R\$ 1,885

será o adicional na conta de luz em novembro a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos; em outubro, o valor foi de R\$ 7,877

do ele, deve contribuir para uma alta maior do que a esperada inicialmente para os alimentos consumidos em casa. Na quinta (24), economistas demonstraram preocupação após o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgar os dados do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15).

O índice, que sinaliza uma tendência para os preços no IPCA, acelerou a 0,54% em outubro, acima da mediana das projeções. Com o resultado, passou a acumular alta de 4,47% em 12 meses.

Por ora, Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, projeta IPCA de 4,75% para o ano. Segundo ela, a estimativa até pode subir caso dezembro tenha bandeira vermelha patamar 1. A definição das bandeiras depende das condições de chuva no Brasil.

Na mediana, a previsão do mercado financeiro para a inflação de 2024 subiu a 4,5%, justamente o teto da meta, conforme a edição

do boletim Focus divulgada pelo BC (Banco Central) na segunda-feira (21).

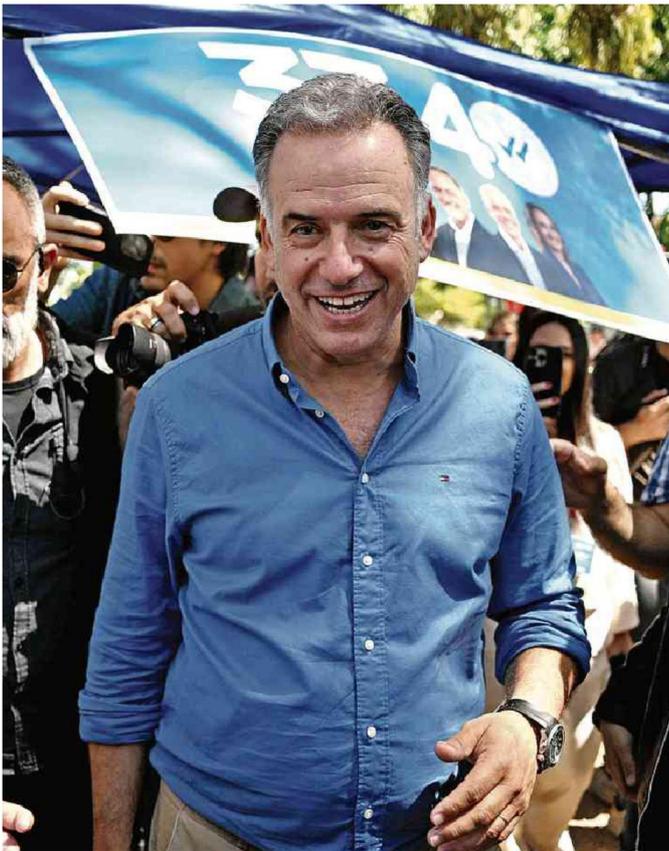
O economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), afirma que a bandeira amarela alivia o cenário para o IPCA, embora o índice caminhe para fechar o ano acima de 4%.

Braz prevê alta entre 4,2% e 4,5%, dentro do teto. De acordo com ele, a desvalorização do real ante o dólar e o impacto do mercado de trabalho aquecido sobre a demanda por bens e serviços são fatores de pressão que continuam no cenário.

“O desemprego está baixo, está abaixo de 7%. A massa salarial está crescendo, e isso tudo virá consumo. O juro alto não vai impedir que as pessoas consumam”, afirma. “Elas vão gastar, isso vai aquecer a atividade e vai fazer com que os preços também fiquem maiores. A gente está vendo uma persistência maior da inflação em serviços.”

 **mundo**

**Esquerda e governista
devem ir ao 2º turno
no Uruguai A16**



Yamandú Orsi, candidato da esquerdista Frente Ampla, deixa centro de votação em Canelones, perto de Montevideu; ele é pupilo de José Mujica Eitan Abramovich/AFP



O direitista Álvaro Delgado, que concorre pelo governista Partido Nacional, sai de local de votação ao lado de apoiadores da sigla, em Montevideu Martín Zabala/Xinhua

Uruguai terá 2º turno entre esquerdista e direitista aliado do presidente, diz boca de urna

Projeções indicam que Yamandú Orsi, pupilo de Mujica, e Álvaro Delgado, apoiado pelo mandatário Lacalle Pou, se enfrentarão em 24 de novembro e que plebiscitos de aposentadoria e de segurança fracassaram

Mayara Paixão

MONTEVIDÉU Sem surpresas, pesquisas de boca de urna no Uruguai divulgadas na noite deste domingo (27) indicaram que Yamandú Orsi, da Frente Ampla — coalizão de esquerda e centro-esquerda —, e Álvaro Delgado, do governista Partido Nacional, de centro-direita, se enfrentarão no segundo turno, marcado para 24 de novembro.

Três dos principais institutos de pesquisa do país mostravam o esquerdista com média de 40% de apoio, ante cerca de 28% do governismo. Quase 90% dos eleitores compareceram, informou a Corte Eleitoral quando as urnas fecharam, às 19h30. Até as 21h20, menos de 2% dos votos haviam sido apurados.

Como o cenário presidencial já era dado como certo, os uruguaios estavam mais interessados na composição do Congresso, hoje controlado pelo governo. “Não, não viemos votar para a Presidência, viemos votar para o Congresso, é o que importa agora”, disse Paula Sorrentino, 50, docente universitária em Rivera, na fronteira com o Brasil.

Ela, claro, votou para presidente. Mas com essa fala quis dizer que o que mais pesa neste pri-

meiro turno é qual força política ganhará a maioria parlamentar. Como o presidente tem poucos mecanismos constitucionais para tomar decisões sozinho, quem conseguir maioria no Senado e na Câmara sai na dianteira para o segundo turno.

A porcentagem de votos pesa, é claro, mas muito mais está em jogo. O apoio obtido por Orsi nesta primeira rodada já reúne todos os braços da Frente Ampla, aliança de partidos mais e menos radicais que foi se moderando nas últimas décadas.

Não é o caso de Delgado. Aos votos que obteve neste primeiro turno ele tende a somar para o segundo os eleitores de outras legendas importantes, a principal delas o Partido Colorado, que com o advogado Andrés Ojeda chamou atenção ao crescer nas pesquisas, mas não conseguiu ir ao segundo turno. Ou seja, Delgado e Orsi estão muito próximos em termos numéricos.

Enquanto Paula votou pela continuidade do Partido Nacional, o irmão dela, Fabrizio, 43, contador, votou por uma outra sigla da oposição, que prefere não falar. Os dois coincidiram em outros dois votos que o eleitor tinha que dar neste domingo.

Ambos não apoiaram o plebis-

cito chamado pelo setor sindical para mudar as regras de aposentadoria, mas, por outro lado, deram aval à consulta convocada pelo governo para permitir que a polícia fizesse invasões a residências à noite.

As duas propostas, porém, não receberam apoio suficiente, ainda segundo as projeções de boca de urna. Elas eram sintomas de um país que vê na estagnação e no envelhecimento de sua população e no avanço do narcotráfico duas questões latentes e desafiantes para as quais nenhum governo até aqui apresentou soluções.

O projeto de Previdência propunha escrever na Constituição que a idade mínima de aposentadoria após 30 anos de contribuição seria de 60 anos, e não mais 65, como uma reforma do governo de Luis Lacalle Pou estabeleceu. Propunha ainda acabar com os fundos privados de aposentadoria e igualar o valor mínimo da pensão ao do salário mínimo.

Nem os dirigentes da Frente Ampla apoiavam essa proposta, ainda que os tentáculos da coalizão mais próximos a sindicatos a promovessem. Um dos principais argumentos era o de que não faria sentido cravar na Carta uma idade que terá de ser revista em um par de

40%

em média, foi o percentual de votos apontado pelas pesquisas de boca de urna para Yamandú Orsi, candidato da esquerdista Frente Ampla

28%

obteve, de acordo com as projeções pós-fechamento das urnas, o candidato Álvaro Delgado, do direitista Partido Nacional, aliado do atual presidente Lacalle Pou

anos devido ao envelhecimento do Uruguai, com cada vez menos pessoas em idade ativa.

Ex-professor de história, Yamandú Orsi é próximo ao ex-presidente José Mujica, que aos 89 anos e após enfrentar um tratamento contra câncer teve sequelas de saúde e diz que está finalizando sua vida política. Orsi pertence a uma nova geração da Frente Ampla que ainda não ganhou tração.

Uma de suas propostas teria peso para o Brasil: Orsi quer frear o acordo de livre comércio com a China que o governo de Lacalle Pou colocou na esteira por fora do Mercosul. Ele defende pautas como o combate à pobreza infantil (atinge 31% dessa parcela populacional), melhorias na educação e mais policiamento.

Já Álvaro Delgado, veterinário de formação, é aliado de primeira hora de Lacalle Pou, de quem foi secretário-geral da Presidência. Isso não significa, porém, que tenha herdado o capital político do surfista e filho de ex-presidente que em 2019 levou o Partido Nacional ao poder após 15 consecutivos anos de Frente Ampla.

Folha Carreiras

A edição desta semana da newsletter pode ser lida em <https://folha.com/19wn8rh4>

CRÉDITO VERDE. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiará R\$ 37,6 milhões em um projeto de biometano e biogás da Geo biogás&carbon. A empresa de biogás e carbono renovável para hidrocarbonetos verdes ampliará a produção em Tamboara (PR). Do aporte, R\$ 33,6 milhões são recursos do Fundo Clima. Ao todo, a Geo vai investir R\$ 41 milhões na fábrica que produz biogás a partir de resíduos de açúcar e etanol de cana.